

Editorial

É com imensa satisfação que apresentamos o volume 20 número 39 da Revista Tempo da Ciência, que a partir de 2012 tornou-se uma revista vinculada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais da UNIOESTE – Campus de Toledo.

Este número traz um conjunto de artigos que compõem um dossiê sobre “Música e Fronteiras”. O objetivo é convidar o leitor a refletir sobre as possibilidades de análise social e cultural, tendo como eixo práticas musicais e seus aspectos de Fronteira. Esta palavra não deve ser tomada somente no seu sentido territorial, mais estrito. As fronteiras entre práticas musicais podem ser de diversos tipos: geográficas, simbólicas, étnicas, lingüísticas, geracionais. O importante é observar como práticas musicais dissolvem e reconstróem fronteiras, em uma dinâmica cuja percepção e registro é um desafio para os pesquisadores. O tema das Fronteiras, por sua vez, é um tema caro ao Mestrado em Ciências Sociais da UNIOESTE, que tem, em suas duas linhas de pesquisa um interesse tanto pelos aspectos culturais e identitários envolvidos em dinâmicas sociais de fronteiras, quanto pelos aspectos políticos, onde a ação estatal é acionada.

O primeiro artigo, “Iguales pero distintos: músicas y fronteras en el Rio de la Plata”, escrito por María Eugenia Domínguez, oferece uma análise da atualização, ocorrida nos últimos 30 anos, da categoria “música rioplatense”, a partir de um intenso trânsito de pessoas (no caso analisado, músicos) e bens culturais. Tal categoria, relacionada ao Rio de la Plata, que separa – e ao mesmo une – Argentina e Uruguai, desde o final do século XIX e começo do século XX, já era motivo de debates em torno da cristalização de gêneros musicais como o tango e a milonga, produzidos e consumidos em ambas margens do rio. No entanto, tais debates ganharam novos contornos e novos agentes a partir do desenvolvimento mais amplo de um campo musical constituído em torno de gêneros como a murga e o candombe,

dando novos contornos à categoria “música rioplatense”. Nesse sentido, a autora, em seu artigo, revela, a partir da análise da trajetória de artistas bem como de entrevistas com músicos argentinos e uruguaios, um processo de territorialização cultural, no qual opera um jogo de afirmação de continuidades – discursos que apontam uma unidade das práticas portenhas e uruguaias – e diferenças – discursos que afirmam as particularidades nacionais.

Posteriormente, no artigo “Música e Músicos na Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina, Paraguai)”, Geni Rosa Duarte e Emilio Gonzalez, revelam, a partir do depoimento de dois músicos que atuam na Tríplice Fronteira, como esta região, extremamente relacionada à ideia de fronteiras nacionais, também abriga uma série de clivagens regionais, que dizem respeito às histórias internas de cada país. Os autores mostram o duplo papel da Tríplice Fronteira: ao mesmo tempo em que ela é um espaço que envolve uma série de práticas que as dilui, também é um espaço que opera como eixo diante do qual discursos regionais, internos a cada nação, são acionados. Nesse sentido, a região é central para a compreensão dos debates que envolvem uma série de tópicos musicais, tais como “música paraguaia”, “música missioneira”, “música correntina”, dentre outros.

Se os dois primeiros artigos trataram, respectivamente, do Rio de la Plata e da Tríplice Fronteira, Júlio Mendivil, por sua vez, apresenta uma análise centrada em outra região da América do Sul perpassada por uma série de discursos nacionais: os Andes. Seu artigo, “Hermanando Pueblos: las historias del charango y los discursos nacionalistas en Bolivia y Peru” oferece ao leitor uma análise das disputas em torno da patrimonialização do charango, um instrumento musical presente em práticas musicais de países como Bolívia, Peru e de regiões como o norte argentino e norte chileno. Para isto o autor mostra três momentos das narrativas sobre a história do charango. Se nos dois primeiros momentos – começos do século XX e décadas de 40 e 50 – as narrativas transitaram em torno de um embate étnico, entre a valorização de elementos europeus (começo do século) e a afirmação das culturas indígenas (intelectuais ligados a movimentos indigenistas), atualmente as narrativas são construídas em torno de um embate cujo eixo se estrutura em torno de discursos nacionalistas, atualizados a partir de de-

bates transnacionais. É desse modo que Peru e Bolívia passaram a debater sobre o local de origem do charango. Nesse caso, revela-se como processos culturais transnacionais sofrem tentativas de captura por discursos nacionalistas, nos quais a narrativa histórica assume um lugar central.

André Egg, por sua vez, nos apresenta uma reflexão que nos ajuda a pensar nas fronteiras simbólicas entre diferentes gêneros musicais. Intitulado “Artística, Popular, Popularesca: modernismo e fronteiras da música brasileira nas décadas de 1920 e 1950”, o autor mostra, a partir das reflexões de dois grandes nomes da história do pensamento musical brasileiro, Mário de Andrade e Guerra Peixe, como projetos estéticos relacionados a diferentes fases do modernismo musical no Brasil foram fundamentados a partir de um trânsito que opera nas fronteiras entre diversos campos musicais: o folclore, a música popular – entendida como aquela relacionada à indústria cultural – e a música erudita. Nesta operação, projetos políticos, em torno de ideias como Nação ou autenticidade, fundamentavam práticas e debates nos quais a música ocupava um papel central.

O artigo seguinte, “Os caipiras chiques: a relação da música rural e a MPB nos anos 80”, também apresenta uma reflexão que envolve a fronteira entre gêneros musicais. Seu autor, Gustavo Alonso, analisa como a dicotomia entre música caipira e música sertaneja, já perceptível desde os anos 50, foi atualizada e aprofundada a partir dos anos 80 quando a música caipira, ouvida, por muitos, como mais autêntica, passou a ser veiculada de forma relacionada à MPB. Tal relação, na forma de cooperação entre artistas e programas televisivos, apresentava-se como contraponto a um momento, anos 80, onde a música sertaneja vivia o início de uma expansão mercadológica que a transformaria, nos anos 90, num dos 3 gêneros musicais mais populares do país. O autor também mostra o papel da TV – na forma de grandes emissoras, como Globo, SBT e Bandeirantes – neste processo de afirmação da autenticidade da música caipira, o que nos convida à crítica de discursos que analisam de forma simplista a atuação da indústria cultural e da mídia.

Iuri Daniel Barbosa, em seu artigo intitulado “Os

Troncos Missioneiros e a Construção da Identidade Missioneira a partir da Música”, apresenta um caso onde um gênero musical aparece como importante eixo para o estabelecimento de uma “comunidade imaginada” – no caso a comunidade em torno da identidade missioneira. Tal identidade constrói-se a partir de trocas e fluxos que envolvem a região oeste do Rio Grande do Sul e as províncias argentinas de Corrientes e Misiones. O autor revela, nesse sentido, como a música pode operar como um importante marcador espacial e temporal, já que ela delimita uma região e vincula-se a uma história – no caso, apresentada em torno da atuação de 4 músicos, apontados como “Os Troncos Missioneiros”.

Os temas da transterritorialidade e etnicidade, por sua vez, são centrais no artigo seguinte, “Música para Koto Além-Mar: o caso do grupo Miwa”. Nele, a autora, Alice Lumi Satomi, apresenta ao leitor um estudo sobre a prática do koto, instrumento de corda simbólico da cultura japonesa e que aparece nos processos de transterritorialização vividos por esta cultura como elemento de construção identitária. A autora mostra, a partir de um trabalho feito com a comunidade nipônica de São Paulo, como em torno da prática do instrumento clivagens territoriais japonesas são expressas e atualizadas. Além disso, acompanhando a trajetória de uma família na prática do Koto, a autora mostra também como a prática musical oferece um importante eixo para a manutenção de laços familiares e construção da memória.

No oitavo artigo, “As Expressões de Fronteira na Produção Musical de Foz de Iguaçu-PR: explorando outras fontes para o estudo do sujeito fronteiriço”, Aline Torres e Eric Cardin exploram as possibilidades analíticas do uso da música como fonte de estudo das formas de sociabilidade e de experiência de vida na Tríplice Fronteira. Trabalhando a partir de uma metodologia que combina história oral e história de vida, os autores mostram como a música expressa, por diferentes gêneros musicais, tais como o rap e o punk hardcore, questões centrais na experiência de vida na fronteira: o trabalho informal, as tensões sociais, preconceitos étnicos e sociais, memória, deslocamentos, dentre outros.

Por último, com um tema que escapa aos limites estritos do dossiê “Músicas e Fronteiras”, o artigo de Rodrigo Kummer e Sílvia Cognese, “Juventude Rural no Brasil: entre ficar e partir” apresenta uma análise da literatura sociológica, antropológica e histórica, sobre a juventude no meio rural. Partindo de questões suscitadas por suas

próprias pesquisas – estudos sobre a dinâmica juvenil em uma pequena comunidade do oeste catarinense e estudos sobre a dinâmica geracional entre imigrantes italianos no oeste do Paraná – os autores revisam o cruzamento destes dois temas centrais nas ciências sociais, juventude e campesinato, apontando para a atual atenção dada nos estudos às estratégias dos sujeitos (jovens) diante dos dilemas entre ficar na comunidade rural ou migrar – sendo que, mesmo nesse caso, redes com a comunidade natal são estabelecidas.

Desejamos a nossos leitores uma útil e prazerosa leitura.

Allan de Paula Oliveira
Editor

